

A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL

a. 18

n. 73

jul./set. 2018

Editorial	9
Corrupción en Colombia: ¿cómo prevenirla?	
<i>Corruption in Colombia: how to prevent it?</i>	
Diana Carolina Valencia-Tello	11
1 Introducción.....	12
2 Sobre la tolerancia a la corrupción	14
3 Centralización del poder y construcción de elites privilegiadas	15
4 ¿Cómo fortalecer nuestras instituciones? Un análisis inicial	18
5 Antecedentes sobre los controles institucionales en Colombia	19
6 El control previo y perceptivo de la Constitución de 1886	21
7 Los controles sobre la administración pública en la Constitución de 1991, una historia de avances y retrocesos	24
Conclusiones.....	31
Referencias	32
Princípio da boa administração: tendência ou clássico?	
<i>Principle of good administration: tendency or classic?</i>	
Carla Amado Gomes	35
0 Preliminares	36
1 Breve história do "princípio da boa administração": Das Recomendações do Conselho da Europa de 1977 ao Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, aprovado pelo Parlamento Europeu em 2001	36
2 O princípio da boa administração no Direito Comparado: alguns exemplos	40
3 Balanço parcial	41
4 O princípio da boa administração no Direito Administrativo português: do artigo 23.º da Constituição da República Portuguesa ao artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo.....	42
4.1 Princípio de boa administração e <i>diligência procedimental (due diligence)</i>	43
4.1.1 Em geral: os parâmetros principiológicos	44
4.2 Em especial, o direito a uma decisão administrativa em prazo razoável.....	45
4.3 Em especial, a irrelevância de vícios formais e a boa administração	47
5 Dever de boa administração e <i>standards</i> de qualidade dos serviços	49
6 Princípio da boa administração e controlo jurisdicional: uma amplitude constitucionalmente limitada	50
7 Nota conclusiva	53
Referências	53
Gustav Radbruch's supposed turn against positivism: a matter of balancing	
<i>O suposto giro antipositivista de Gustav Radbruch: uma questão de ponderação</i>	
Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno, Júlio Aguiar de Oliveira	57
1 Introduction	58
2 Was Radbruch really a <i>positivist</i> before the war?	60
2.1 The "theoretical structure" of pre-war Radbruch's concept of law	60
2.1.1 The main elements	60
2.1.2 The relativism	62

2.1.3	The relation among the elements (or between the dimensions)	63
2.2	The "practical results" of pre-war Radbruch's concept of law	63
2.3	The problem of an integral classification of pre-war Radbruch's theory	64
3	Radbruch's position after the war	65
3.1	The "theoretical structure" of post-war Radbruch's concept of law	66
3.1.1	The elements	66
3.1.2	The relativism	67
3.1.3	The relation among the elements (or between the dimensions)	68
3.2	The "practical results" of Radbruch's theory after the war	68
3.3	The classification of Radbruch's theory after the war	69
4	From <i>super-inclusive non-positivism</i> to <i>inclusive non-positivism</i> : a matter of balancing?	69
4.1	Balancing and proportionality	69
4.2	The different proposals in pre and post-war Radbruch	71
5	Conclusion	71
	References	73

A aplicação do princípio da reserva do possível às empresas privadas
delegatárias prestadoras de serviços públicos essenciais

*The application of the principle of reserve of the possible to private delegating
firms providers of essential public services*

Ana Maria D'Ávila Lopes, Gislene Rocha de Lima	75
Introdução	76
1 Contextualização do tema à luz do Recurso Especial nº 1.245.812-RS	77
2 Direitos sociais e orçamento: peculiaridades do caso concreto	84
Conclusão	92
Referências	93

O financiamento da educação no Brasil como instrumento de aprofundamento da
desigualdade social

*The financing system of Brazilian education as instrument for the deepening
social inequality*

Fabício Motta, Leonardo Buíssa, Máisa Barbosa	97
1 Introdução	98
2 Educação: o toque de Midas no Brasil	99
3 O direito fundamental à educação e seu financiamento constitucional privilegiado ...	101
4 Remendos falsamente transitórios à CF/88 que sangram o financiamento constitucionalmente adequado da educação no Brasil	103
5 O que temos: financiamento para o aprofundamento da desigualdade social	106
6 O que deveríamos ter: financiamento para a equidade	110
7 Conclusão	111
Referências	112

Os pilares do poder cautelar administrativo

The basis of the provisional administrative power

Flávio Garcia Cabral	115
1 Introdução	116
2 Poder cautelar administrativo	116
2.1 O princípio da legalidade e o poder cautelar	121
2.2 Fundamentos teóricos	125

2.2.1	A eficiência administrativa	126
2.2.2	Teoria dos poderes implícitos	128
2.2.3	Tutela do interesse público	133
3	Considerações finais	136
	Referências	137

Tenho medo, do medo, do medo da ADC: uma resposta a Breno Magalhães

I have fear of fear of fear of ADC: a response to Breno Magalhães

Lucas Catib De Laurentis	141
I Introdução	142
II Medo do estranho: as incongruências sistemáticas pela ADC.....	143
III Medo de números: efeitos deletérios da ADC	149
IV Medo de desvios: análise de casos em ADC	152
V Conclusões	159
Referências	160

Improbidade administrativa e dano ao Erário presumido por dispensa indevida de licitação: uma crítica à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Administrative improbity and damage to the Treasury presumed by improper exemption of licitation: a criticism to the jurisprudence of the Superior Court of Justice

Luzardo Faria, Bruno Guimarães Bianchi	163
1 O controle da improbidade administrativa no Brasil: mais de 25 anos de “caça aos ímprobos”	164
2 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre atos de improbidade administrativa por dano ao Erário presumido em razão de dispensa indevida de licitação	170
3 Fundamentos para a revisão da jurisprudência	173
3.1 A vedação ao enriquecimento sem causa da Administração Pública: aplicação do art. 884 do Código Civil ao Direito Administrativo	173
3.2 O princípio constitucional da presunção de inocência: a proibição de presunções prejudiciais aos acusados no âmbito do Direito Administrativo Sancionador.....	179
4 Conclusão: critérios para a incidência do art. 10, VIII da Lei nº 8.429/92	183
Referências	185

A solidariedade como política constitucional de efetivação dos direitos humanos

Solidarity as a constitutional policy for the effectiveness of human rights

Marcelino da Silva Meleu, Aleteia Hummes Thaines	189
1 Introdução	190
2 A solidariedade: para além da caridade e do seguro, superando os efeitos negativos da governança por números	191
3 Políticas constitucionais e o uso correto dos direitos do Homem	197
4 Considerações finais	203
Referências	205

Indeterminação dos direitos sociais e os desafios à efetividade: uma visão empírica

Indetermination of social rights and challenges to effectiveness: an empirical view

Vanice Regina Lírio do Valle, Paula do Espírito Santo de Oliveira Dias	207
1 Introdução	208

2	Delimitando as categorias teóricas: o essencialismo dos direitos e o <i>tailoring principle</i>
3	Testando as categorias teóricas no universo empírico dos conflitos à moradia no Município do Rio de Janeiro.....
3.1	Benefícios não havidos <i>versus</i> benefícios insatisfatórios.....
3.2	Benefícios havidos e tidos por insatisfatórios.....
3.3	Benefícios não havidos: tipologia
4	A indeterminação dos direitos e a transposição para o Judiciário de escolhas conteudísticas
5	Efeitos deletérios da subvalorização da delimitação do provimento
	Referências

O controle da Administração Pública pelo Judiciário em tempos de neoconstitucionalismo: os limites do ativismo judicial na concretização dos direitos fundamentais em proteção ao mérito administrativo

The control of Public Administration by the Judiciary in times of neoconstitutionalism: the limits of judicial activism in concretization of fundamental rights in protection to administrative merit

	Emerson Affonso da Costa Moura
I	Introdução
II	O mérito administrativo e o Estado Constitucional e Democrático de Direito
III	A expansão do controle da Administração Pública pela jurisdição constitucional.....
IV	O controle judicial do mérito administrativo
V	Conclusão
	Referências

Sobre a noção de orçamento público impositivo no Brasil: uma análise a partir da Emenda Constitucional nº 86/2015 e do modelo estadual em Santa Catarina

On the notion of mandatory public spending in Brazil: an analysis from the Constitutional Amendment nº 86/2015 and the state model in Santa Catarina

	José Sérgio da Silva Cristóvam, Cláudia Bressan da Silva
1	Introdução
2	Breves considerações sobre a noção de orçamento público
2.1	Sobre os princípios que regem o orçamento público
3	A sistemática do orçamento impositivo a partir da EC nº 86/2015
3.1	A questão da discricionariedade na execução orçamentária e a EC nº 86/2015
4	Sobre o orçamento impositivo no Estado de Santa Catarina
5	Considerações finais.....
	Referências

DIRETRIZES PARA AUTORES

	AUTHOR GUIDELINES
	Condições para Submissão <i>Submission Preparation Checklist</i>
	Declaração de Direito Autoral <i>Copyright Notice</i>
	Política de Privacidade <i>Privacy Statement</i>
	Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação <i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>